

Não queríamos ser racistas: uma reação aos que insistem em dizer que não somos uma nação com problemas de cor (Fig. 01).

We didn't want to be racist: a reaction to who persists in the speech that we aren't a nation with skin color problems.



(Fig. 01)

Juarez C. da Silva Jr.

(Professor Universitário na área de T.I, ativista do movimento negro com 20 anos de atuação, estudioso da temática étnico-racial brasileira, formação em História e Cultura afro-brasileira e africana, Conselheiro Estadual de Direitos Humanos no Amazonas.)

Resumo

O presente artigo tem por finalidade esclarecer conceitos básicos sobre racionalismo e racismo, assim como a percepção que os brasileiros em geral têm sobre o que é ser racista ou não. Parte da discussão sobre os conceitos de racionalismo, racismo, raça e etnia e da análise da lexicologia dos termos “negros”, “pretos”, “pardos”. Conclui que nunca houve na prática do ponto de vista racionalista nem na construção social brasileira, “raças intermediárias” (mestiços). Desde sempre, e ainda hoje, os indicadores sociais de pretos, e dos ditos “pardos”, são muito mais próximos e se agrupam de forma distanciada do grupo branco, histórica e socialmente tido como “superior”, fato que por si só já justificaria o agrupamento de pertencimento e político de pretos e pardos em uma “população característica e unificada”. No Brasil tal situação foi tradicionalmente resolvida com a categoria “pardo” que apesar de majoritariamente abrigar óbvios afro-descendentes, também abriga as situações de “indefinição política”. Num segundo momento apresenta informações sobre o “racismo científico” no Brasil e conclui que tal doutrina manteve-se hegemônica até os anos 30, mas o reflexo de tais idéias racistas continuou influenciando políticas oficiais discriminatórias por um bom tempo. Num terceiro momento, discute a presença de um “mito de democracia racial” no Brasil. Aponta como a idéia de um tipo brasileiro miscigenado, discurso elaborado por defensores da pretensa democracia racial, foi utilizada por fascistas (integralistas) brasileiros com fins ideológicos; que uma “mestiçagem ideológica” é um equívoco teórico/político a ser evitado, pois existem lições claras do uso político de “pseudo identidades mestiças” para atender aos interesses de manutenção do Status Quo pelas elites brancas dominantes. Finalmente analisa e discute o racismo contemporâneo no Brasil, apontando que o mesmo gira em torno de 3 eixos: a Ignorância (histórica e conceitual), a

Ganância (em manter os privilégios e reduzir a competitividade de outros grupos que não o tradicionalmente privilegiado) e no caso brasileiro, a Hipocrisia (em não enxergar ou negar cinicamente o óbvio). Analisa como o racismo diz respeito à ideologia supremacista e à supremacia sócio-econômica, de forma que é um erro teórico falar em "negros racistas" ou "racismo às avessas". Volta-se à discussão sobre como os "neo-democratas-raciais" se valem dos velhos argumentos que deram origem ao mito da democracia racial brasileira, usam de recursos diferentes como o "inversionismo", acusando os reais anti-racistas e as políticas de ação afirmativa de "racistas", "segregadores", "incitadores da desunião", "revanchistas" ou "racistas ao avesso".

Palavras-chave: racismo; relações raciais; ação afirmativa; negros.

Abstract

This article aims to explain basic concepts about racialism and racism as well as the perception that Brazilians, in general, have about what is being racist or not. It starts in the discussion about the concepts of racialism, racism, race and ethnicity and analysis of the lexicology of the words "Niger", "black" and "brown". It concludes that in practice there has never been, in the racialist point of view or in the Brazilian social construction, "intermediate races" (mestizos). Since always and today, the social indicators of black people and the so-called "brown" are much closer and are grouped in a distance of the white group, historically and socially known as "superior", a fact which in itself justifies the grouping, of belonging and politics, of black and brown in a "population characteristic and unified". In Brazil this situation was traditionally dealt with the category "brown", that in despite of sheltering mostly obvious African-descendants, also holds the positions of "political uncertainty". In a second time presents information on the "scientific racism" in Brazil and concludes that this doctrine has remained hegemonic until the decade of 30, but the reflection of such racist ideas still influencing official discriminatory policy for a good time. In a third time, discuss the presence of a "racial democracy myth" in Brazil. It indicates how the idea of a Brazilian miscegenated type, speech prepared by advocates of the alleged racial democracy, was used by Brazilian fascists (integralists) with ideological ends; whereas an "ideological half-breeding" is a theoretical/political misunderstanding to be avoided, because there are clear lessons about the political use of "pseudo half-breed identities" to serve the interests of maintaining the Status Quo by the dominant white elite. Finally analyzes and discusses the contemporary racism in Brazil, pointed out that it revolves around 3 axes: the Ignorance (historical and conceptual), the Greed (to maintain the privileges and reduce the competitiveness of other groups, that are not the traditionally preferred) and, in Brazilian case, the Hypocrisy (not to see or cynically deny the obvious). It examines how racism corresponds to supremacist ideology and socio-economic supremacy, so that is a theoretical mistake talk about "racist black people" or "inverse racism." Back to the discussion of how the "neo-racial-democrats" use old arguments that have given rise to the Brazilian racial democracy myth, and also use of various resources such as "inversionism", accusing the real anti-racist and the affirmative action policies of "racism", "segregation", "instigation of disunity", "revenge" or "inverse racism."

Key words: racism; racial relations; Affirmative actions; black people.

O presente artigo tem por finalidade esclarecer conceitos básicos sobre racialismo e racismo, assim como a percepção que os brasileiros em geral tem sobre o que é ser racista ou não, inclui abordagem sobre o racismo "à brasileira", também conhecido internacionalmente como meta-racismo, fornece subsídios para entender as mudanças históricas e efeitos do racismo no pós-abolição e se opõe às correntes neo-democratas-raciais, que insistem em afirmar que no Brasil "Não somos racistas"; o artigo está organizado em 4 seções: I - A noção de raça x etnia e a lexicologia do negro, II - O racismo científico, seus efeitos e a política nacional de branqueamento, III - O mito da democracia racial brasileira, IV - O racismo contemporâneo .

I - A noção de raça x etnia e a lexicologia do negro.

Antes de falar sobre racismo na acepção moderna e contemporânea, é preciso entender quando e quais foram os fatos que deram origem a ele, entre eles o chamado racialismo.

A noção de "raça", tal qual ainda é entendida por muitos nos dias atuais, teve início sistemático a partir da expansão marítima mercantilista européia no séc. XVI, quando os outros povos europeus que antes eram "bárbaros" colonizados pelos romanos, passaram também a ter um tipo de contato diferente e supremacista com os povos de outros continentes e principalmente durante o processo de colonização do "novo mundo", com o interesse em se apoderar de seus recursos e da mão-de-obra nativa (ou traficada) em benefício das metrópoles européias, impondo aos colonizados seus valores estéticos e culturais como padrão (eurocentrismo).

Antes disso, porém, os europeus mediterrâneos (vide conquistas macedônicas e o império romano) já tinham bom contato com povos asiáticos e africanos, os ibéricos (portugueses e espanhóis) conheceram bem os chamados mouros (muçulmanos árabes e norte-africanos), tendo sido inclusive invadidos no ano de 711 pelos exércitos do General Omíada Tariq ibn Ziyad (em uma campanha que levou à conquista completa da Espanha em 714), da conquista inicial até a queda do último Califado, Ibéricos foram dominados e colonizados pelos Mouros por quase 8

séculos até 1492, apesar de todo esse contato, até então não se tinha noção de "raça" mas sim de diferentes povos/culturas (etnias), a escravização para os europeus (diferente dos árabes que já a viam principalmente com enfoque comercial/econômico há séculos) até então era basicamente de "prisioneiros de guerra" (povos vencidos) os quais eram sujeitos a trabalhos forçados.

Com o acirramento a partir dos séculos XV e XVI do processo de guerra com os mouros, da escravização de outros povos do continente africano pelos ibéricos, das grandes navegações África abaixo, da "descoberta" do continente americano e o estabelecimento "moderno" das ciências naturais, o paradigma começa a se modificar, surge o racismo sistematizado, uma boa definição do termo temos abaixo que diz que racismo é uma:

[...] visão de que existem características hereditárias, possuídas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça” (APPIAH, 1997, apud DRUMMOND)

É a partir do surgimento do racismo (crença em diferentes raças) e mais tarde do racismo (cuja base é a idéia de superioridade/inferioridade entre as raças), a escravização passa a ser para as nações européias comércio fomentado de mão-de-obra principalmente para suas colônias na América e Caribe, a sua "justificação" e do eurocentrismo passa a ser então a "sub-humanidade" ou "inferioridade racial" dos povos não-europeus.

A primeira classificação "científica" (melhor seria dizer pseudo-científica) dos homens em diferentes raças foi a “Nouvelle division de la terre par les différents espèces ou races qui l'habitent” ("Nova divisão da terra pelas diferentes espécies ou raças que a habitam") de François Bernier, publicada em 1684, mas quem deu o grande impulso para as teorias racialistas já com teor racista (sugerindo supremacia de determinadas raças sobre outras), foi Carolus Linnaeus em 1758, inventor da taxonomia e criador da classificação Homo Sapiens, Linnaeus reconheceu quatro variedades do homem : Americano (Homo sapiens americanus: vermelho, mau temperamento, subjugável), Europeu (Homo sapiens europaeus : branco, sério, forte), Asiático (Homo sapiens asiaticus: Amarelo, melancólico, ganancioso), e Africano (Homo sapiens afer : preto, impassível, preguiçoso). Linnaeus reconheceu também uma quinta raça não-geograficamente definida, a Monstruosa (Homo sapiens monstrosus), compreendida por uma diversidade de tipos reais (por exemplo, Patagônios da America do Sul, Flatheads canadenses e

outros imaginados que não caberiam em nenhuma das quatro categorias "normais" (segundo a visão racista de Linnaeus que não apenas criou a classificação taxonômica humana como atribuiu a cada uma das "raças" características físicas e morais).

O 'sucessor de Linnaeus', J. F. Blumenbach, em 1795 fez nova classificação com cinco variedades: Caucasiano, Mongol, Etíope, Americano e Malaio, neste sentido, as coisas ficaram estáticas até 1962, o ano em Carleton Coon publicou "A origem das raças". Lá Coon, um antropólogo físico, dividiu a humanidade em cinco raças (ou subespécies): Caucasoide, Mongoloide, Australoide, Congoide (Negroide), e Capoide (África Meridional até Filipinas).

Durante os séculos XIX e XX, muitos cientistas se colocaram contra a idéia de que os humanos se dividiam em várias raças do ponto de vista biológico, já que a maioria das regras aplicadas à especiação dos demais animais, não se confirmavam no caso dos homens, a celeuma entre cientistas continuou até que a idéia da existência de diversas raças entre humanos foi científica e definitivamente abolida, a partir do mapeamento completo do genoma humano (pelo projeto GENOMA em 1998), que concluiu que não há diferença genética maior entre as diversas populações continentais (descendentes de africanos, europeus e asiáticos - o que inclui os indígenas americanos), do que entre os membros da mesma população (ou seja, não existe subespeciação - diferentes raças - na espécie humana, o que forma então uma raça única).

Sendo assim, o que entendemos corriqueiramente por "raça", está provado ser um grande erro teórico de centenas de anos, motivado principalmente pela ganância colonialista européia, e hoje considerado apenas como uma construção social, baseada na origem ancestral continental dos indivíduos, construção social esta que ao longo de 500 anos gerou abomináveis e sistemáticas práticas de exploração do homem pelo homem, preconceito, ódio, discriminação e desigualdades.

Negro ou preto?

Muitas pessoas fazem compreensível confusão na utilização dos dois termos acima, considerando-os como sinônimos ao se tratar de questões étnico-raciais, mas tal uso é um equívoco, o que com breve aplicação lexicológica (estudo da definição das palavras com diferentes aplicações e objetivos) ou de lingüística histórica (que se assemelha à etimologia em sua busca pela origem das palavras.) tudo se esclarece:

O termo "Negro" vem do Latim niger (da margem do rio niger/nigeriano), em português a palavra "preto" é utilizada desde o séc. X para designar pessoas de pele escura com origem na África subsaariana (fenótipo característico africano), na própria classificação racialista de Linnaeus, o termo é Raça Preta (para quem lê direto do Inglês pode iniciar a confusão ao traduzir a palavra black como "negra", já que em inglês a palavra corrente para preto e negro é a mesma), já a palavra "negro" (no sentido racial) em espanhol e português só foi adotada no séc. XV, a partir da escravização de africanos (incluindo mouros e árabes) por portugueses, que usavam indistintamente o termo negro para qualquer um com "pele escurecida" e escravizado.

Foram os espanhóis os primeiros a usarem o termo "negro" com o sentido de "escravo na América" (tanto que os índios escravizados no início da colonização também eram chamados de "Negros da Terra"), logo, o sentido primitivo da palavra negro em relações raciais era "escravo", termo que então passou a designar todo escravo africano ou descendente na diáspora (fora da África), posteriormente o termo passa a ser entendido apenas como “descendente de africano”. O termo “Negro” é assim literalmente utilizado também em Inglês como demonstra a seguinte citação:

Negro means black in Spanish and Portuguese (Latin: niger = "black"). It is an ethnic term applied to people of African origin; some people consider it either archaic or a slur (see also nigger) except for its inclusion in the names of some organizations founded when the term had currency (e.g., the United Negro College Fund)." [...] From the 18th century to the mid-20th century, "negro" (later capitalized) was considered the correct and proper English word for slaves and freed slaves of sub-Saharan African origin. It fell out of favor by the 1970s in the United States, though it is still in use by a small number of older individuals (in its original sense). In current English language usage, "Negro" is generally considered acceptable in a historical context or in the name of older organizations, as in Negro spirituals or the United Negro College Fund. However, other contemporary usage of "negro" is likely to evoke racist connotations. (WIKIPÉDIA em INGLÊS verbete "negro")

O texto diz que “do 18º século a meados do 20º século, 'negro' (capitalizada, (N maiúsculo)) foi considerada a palavra em inglês correta e própria para escravos e libertos de origem africana sub-Saariana.”

O dicionário da Real Academia Española (22ª edição), reforça o entendimento de que "negro" não significa exatamente preto (ou escuro), mas funciona como adjetivo generalizador que serve tanto para designar grupos étnicos caracterizados pela cor da pele, como para cultura (em ambos os casos no sentido de "origem africana"), além de deixar claro que em espanhol a

palavra negro se aplica correntemente no lugar de "gradações" entre branco e preto, como no lugar dos adjetivos "moreno" ou indistintamente para "escuro" (ex. preto/marrom) ou "escurecido" (ex. moreno/cinzeno/pardo).

negro, gra.

(Del lat. niger, nigri).[..]

3. adj. Dicho de una persona: Cuya piel es de color negro. U. t. c. s.

4. adj. Que es o se considera propio de los grupos étnicos caracterizados por este color de piel. Música negra Arte negro

5. adj. Moreno, o que no tiene la blancura que le corresponde. Este pan es negro

6. adj. Oscuro u oscurecido y deslucido, o que ha perdido o mudado el color que le corresponde. Está negro el cielo Están negras las nubes

[..] "

moreno, na.

(De moro y -eno).

1. adj. Dicho de un color: Oscuro que tira a negro.

2. adj. Dicho de la piel: En la raza blanca, de color menos claro.

3. adj. Dicho del pelo: En la raza blanca, negro o castaño.

4. adj. Dicho de una cosa: Que tiene un tono más oscuro de lo normal.

5. adj. coloq. Dicho de una persona: negra. U. m. c. s.

6. adj. Cuba mulato (nacido de negra y blanco, o al contrario). U. t. c. s.

É importante observar que em espanhol não existe a palavra "preto" (e que foram os espanhóis os introdutores do tráfico de africanos para as Américas), sendo que se utiliza o termo negro para tudo que não é "branco" (logo, em espanhol a palavra negro se aplica correntemente para "pessoas pretas" bem como no lugar de "moreno/mulato"), o que explica em parte o fato de terem introduzido o termo negro no sentido de "escravo na América" ou "descendente de africano" independente do tom da pele, fato este, como visto, extrapolado literalmente para o português e o inglês.

Outro "detalhe": percebe-se uma preocupação nos textos antigos e mesmo recentes em destacar "África Subsariana", o motivo disto também tem resquícios racistas, pois no processo histórico de desvalorização dos africanos e a justificação de sua "inferioridade" e "sub-humanidade" para fins de escravização e manutenção do "supremacismo" branco (mesmo após o fim da escravidão), era necessário "separar" a África em "duas" (uma branca/árabe e outra negra), pois assim se retiraria dos africanos "sub-saarianos"(pretos) os grandes feitos de

civilizações africanas como a Egípcia e dos Mouros (que inclusive dominaram parte da Europa) e de povos importantes e "civilizados" desde há muito. A questão é que entre estes povos acima e "ao lado" do Saara também havia e há pretos, caso dos antigos reinos núbios como Napata, Meroé e Axum (avançados como os egípcios e que inclusive os dominaram sendo faraós pretos por quase um século) posteriormente conhecidos como abissínios ou etíopes, povos pretos estes que já tinham contato altivo milenar com os judeus e outros (antes dos europeus por lá chegarem - vide a História do Rei Salomão e da Rainha de Sabá ou a Igreja Copta), além de países de pretos islamizados que hoje formam Mauritânia, Mali, Senegal e etc..., todos do norte da África, ou seja, aonde a África não é pelo menos em parte preta? O termo Negro é também utilizado em italiano e com adaptação e mesmo sentido em outras línguas: Neger (em holandês e alemão), nègre (em francês), negr (nos países de língua eslava como o russo).

Cabe também observar que em princípio ninguém no Brasil tem um registro de nascimento ou documento oficial onde conste de cor negra (e se tiver foi erro do cartório) o termo oficial é preto, o que reforça a impropriedade de se utilizar o termo negro como aplicável somente aos pretos.

A partir da Conferência da ONU sobre racismo e xenofobia, realizada em Durban na África do Sul, no ano de 2001, o termo oficial adotado pela ONU para se referir aos descendentes de africanos (em especial os descendentes na diáspora) passou a ser Afro-descendant (Afro-descendente), tal fato se deu porque em alguns países africanos de língua portuguesa (e em Portugal), bem como nos países americanos de língua espanhola e inglesa o termo "Negro", é geralmente entendido com sentido "pejorativo" (ou inapropriado, pois é primeiramente aplicável aos africanos escravizados e seus descendentes na Diáspora) e usado pelos brancos com sentido ofensivo, ao contrário do Brasil e Angola, onde geralmente o termo preferido pelos próprios descendentes de africanos e militantes da causa é o negro (com sentido mais amplo) ao invés de preto (com sentido restrito aos mais escuros e muito utilizado de forma ofensiva), afro-descendente é, portanto, um termo novo, criado para substituir o termo negro, pois atende a todas as situações, seja para "afros" do próprio continente africano, quanto para qualquer descendente de africanos na diáspora.

Portanto fica claro que o termo negro (ou afro-descendente) é uma referência à descendência de escravos africanos ou simplesmente descendência de africanos (independente do "tom" da pele), e o termo preto é uma referência à cor da pele e se aplica apenas as pessoas

que tenham o fenótipo (aparência) característico africano, simplificando podemos dizer:” No Brasil todo preto é negro, mas nem todo negro é preto”

E os "Pardos"?

Ao contrário do que muitos pensam o termo censitário "pardo" não surgiu com o sentido de "miscigenado" (o que veremos mais abaixo), mas para os que entendem que a "miscigenação" criou uma "raça diferente", cabe esclarecer que, com relação aos indivíduos surgidos da "pseudo mistura de raças" (pseudo, pois como visto na subseção anterior, raças não existem de fato, portanto "mistura" de coisas inexistentes é uma impossibilidade lógica), do ponto vista social a situação sempre foi histórica e tipicamente resolvida empregando o conceito de Marvin Harris (a hipodescendência), isto é, a criança gerada a partir de uniões inter-raciais pertenceria a raça ou etnia considerada biológica ou socialmente inferior, portanto nunca houve na prática do ponto de vista racista nem na construção social brasileira, "raças intermediárias" (mestiços), a consequência e prova principal de tal fato é que tanto os pretos (pessoas com fenótipo típico africano) quanto os miscigenados, foram histórica e igualmente escravizados e discriminados, por serem considerados (e serem de fato como vimos anteriormente) indistintamente "negros" (afro-descendentes), desde sempre e hoje os indicadores sociais de pretos e dos ditos "pardos", são muito mais próximos e se agrupam de forma distanciada do grupo branco, histórica e socialmente tido como "superior", fato que por si só já justificaria o agrupamento de pertencimento e político de pretos e pardos em uma "população característica e unificada".

O Governo brasileiro através do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) considera oficialmente para fins estatísticos e de políticas públicas afirmativas a seguinte classificação de cor/raça (utilizada no censo): branco, preto, pardo, amarelo e indígena, sendo que oficialmente a população negra é a soma dos auto-declarados pretos e pardos, agora o ponto importante, ao contrário do que muitos pensam, o termo pardo não foi criado censitariamente como uma categoria de cunho "étnico-racial" distinto ou como sinônimo de miscigenado, o termo passou a ser utilizado no censo do ano de 1872, com o intuito único de contabilizar de forma separada os negros (não importando se pretos ou miscigenados) ainda cativos, e os negros (não importando se pretos ou miscigenados) nascidos livres ou forros, vide:

[...] um aspecto relativo a esta classificação, incluído na primeira operação censitária nacional, refletia o estatuto legal e oficial de parte dos habitantes do país: a sua condição de escravo. Diferenciados dos habitantes de condição livre e de origem africana, por naturalidade ou descendência, foram classificados maioritariamente como pretos, ou como pardos, na operação censitária. Por outro lado, contava-se com um razoável contingente da população negra livre na época, classificada como de cor parda em sua maior parte. Havia, então, uma forte identificação de preto com escravo, pela sua extensa justaposição, e de pardo com liberto ou descendente de escravo, produto do longo processo colonial de “mistura racial” da população euro-descendente com africanos e crioulos. (PETRUCCELLI, 2004, p.3, grifo nosso).

Ou ainda:

Era a partir da separação entre homens livres e escravos que o perfil daquela sociedade recebia seus contornos mais nítidos e se projetava no censo de 1872. (PETRUCCELLI apud OLIVEIRA, 2004, p.3, grifo nosso)

Com o fim da escravidão o termo perdeu seu sentido censitário original, mas continuou a ser utilizado como categoria "residual" para acomodar as respostas que não se enquadravam nas categorias previstas, o termo pardo foi utilizado em 7 dos 11 censos realizados (a exceção do de 1890, único que utilizou o termo "mestiço", e dos censos de 1900, 1920 e 1970, que excluíram o quesito cor), só a partir de 1950 é que com a auto-declaração o termo passou a constar definitivamente das opções censitárias, mas com o vínculo de origem africana da proposta original, daí o fato do IBGE acertadamente manter até hoje a mesma classificação que reflete de forma relativamente precisa a situação étnico-racial de mais de 92% da população nacional (alguma imprecisão pode ocorrer entre os menos de 8% da população brasileira que habita o norte do país, aonde apesar da ostensiva e expressiva origem indígena e do mito da não-presença negra persistir, a realidade e os trabalhos dos pesquisadores evidenciam também uma significativa e histórica presença de afro-descendentes, inclusive com dezenas de remanescentes de quilombos já identificados):

Em artigo recente sobre a presença negra na Amazônia de meados do XIX, Luís Balkar Pinheiro aponta para as limitações de abordagem encontradas na produção historiográfica e conclui que um de seus principais desdobramentos é o fato de que “o ocultamento da presença negra na Amazônia continua efetivo, mantendo incólume uma das mais graves distorções na escrita da história da região. (SAMPAIO, 1999, s/p).

Alguns defensores brasileiros de uma pretensa "identidade étnico-racial mista" oficial, dissociada da alocação compulsória a uma das identidades básicas, alegam falaciosamente que

agora nos Estados Unidos o censo permite se identificar como "mestiço", o que é uma inverdade, o que o censo de lá permite é marcar mais de uma opção como identidade étnico-racial, ou seja, não admite um "grupo independente" composto por indivíduos miscigenados a partir das mais variadas combinações e que, portanto não configuram nem um grupo racial nem étnico, a multi-identificação norte-americana tem na prática apenas dois resultados:

1- Permitir que, em uma sociedade onde há uma tradicional tensão social e preocupação a partir da identidade étnico-racial, os miscigenados (que em geral tem problemas para psicológica e socialmente se enquadrarem em uma ou outra categoria), possam expressar sua indefinição identitária de forma explícita, aliviando a pressão de um posicionamento político.

2- Permitir que para fins de informação estatística e sociológica, seja mais bem observado o recente e crescente fenômeno da miscigenação na população norte-americana, tradicionalmente estanque e pouco permeável.

Na prática a multi-classificação norte-americana é como "anular o voto" ou se abster de votar, formando assim um grupo "residual" de posicionamento político com relação à identidade étnico-racial. No Brasil tal situação foi tradicionalmente resolvida com a categoria "pardo" que apesar de majoritariamente abrigar óbvios afro-descendentes, também abriga as situações de "indefinição política".

Acerta então o IBGE ao adotar o mesmo entendimento mundial sobre população negra, como conceito já visto acima (com quem concordam os cientistas sociais e o movimento negro), ao considerar pretos e pardos como integrantes da mesma população (negra ou afro-descendente), o que, aliás, combina perfeitamente com a nova orientação da genética de populações no pós-projeto genoma (portanto com o aval inclusive dos geneticistas), de que os indivíduos não pertencem a "raças", mas sim a grupos de ORIGEM ANCESTRAL GEOGRÁFICA, a qual pode ser AFRICANA, EUROPÉIA OU ASIÁTICA (indígenas são ancestralmente asiáticos), descartadas origens "mescladas ou intermediárias".

Mesmo do ponto de vista genético o método utilizado para definir a real ancestralidade do indivíduo é o de mTDNA (DNA mitocondrial) por matrilinearidade (linhagem das mães), o mTDNA não se mistura nem se modifica por "miscigenação" e é passado de mãe em mãe através das gerações, ou seja, por este método não há indivíduos "mestiços", cada indivíduo possui uma identidade ancestral indelével e inequívoca dentro das três já citadas.

Cabe lembrar que o foco biologizante (salvo em algumas questões de saúde pública), não

deve ser levado em consideração com relação a questões políticas étnico-raciais (já que não há "raças" do ponto de vista biológico), "raça" é uma construção social, devendo ser tratada prioritariamente sob este enfoque (o das Ciências Sociais) e não pelo genético.

Raça ou Etnia?

Cabe ao final da seção esclarecer um erro muito comum nos tempos atuais, a utilização do termo etnia como sinônimo ou substituto de raça; apesar de sabermos que do ponto de vista biológico não há diferentes raças entre humanos, a construção social de "raça" permanece forte. A idéia de raça e etnia apesar de próximas tem enfoques distintos (que devem ser respeitados), a idéia de raça é principalmente uma questão morfológica (aparência física característica ou derivada dos três grandes grupos de ancestralidade geográfica) enquanto a de etnia é uma questão de "parentesco tribal" e principalmente de cultura específica (língua, cosmo-visão, tradições, mito de criação).

No Brasil os negros não configuram "etnia" (tribo) e sim "grupo racial", pois as diversas etnias trazidas da África foram "desmobilizadas", misturadas e aculturadas... Sendo assim, apesar dos diversificados elementos étnicos africanos presentes na cultura negra brasileira, praticamente não é possível a um negro brasileiro definir com precisão de qual etnia descende (o máximo possível é "intuir" de qual grande tronco étnico africano descende em função da sua região de origem familiar, do norte/nordeste geralmente Iorubás/Jejes e do Sul/Sudeste normalmente Bantus, há ainda os casos de pertença meramente cultural a uma das "nações" do Candomblé). Assim a "identidade étnica" negra brasileira é na realidade uma "pseudo-identidade genérica", composta a partir de várias identidades africanas reais - exemplos de etnias reais e definidas no Brasil são os judeus, árabes, ciganos e as diversas tribos indígenas, daí o fato de ao se referir à temática ou situação de pertença ser melhor utilizar o termo "grupo étnico-racial" ou como indica a tendência futura "grupo de ancestralidade".

II - O racismo científico, seus efeitos e a política nacional de branqueamento.

A partir do século XIX, ocorreu um acirramento em pesquisas e publicações então tidas como científicas, no sentido de tentar comprovar por métodos antropométricos, etc... a

"superioridade" da raça branca e a conseqüente inferioridade das demais, tal "escola" entendia que uma nação não-branca possui elementos negativos e degenerativos que impediam o seu progresso e a condenava ao não-protagonismo mundial.

Em 1853 o Conde francês Joseph Arthur de Gobineau publicou seu "Essai sur l'inégalité des races humaines" (Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas) que é tido como a bíblia do racismo moderno e que deflagrou a era do chamado RACISMO CIENTÍFICO, cujas idéias culminaram com a eugenia e a tese nazista-fascista da superioridade ariana (o resultado de tais idéias é bem conhecido e dispensa comentários).

Acontece que GOBINEAU foi ministro da França no Brasil e "conselheiro" de D. Pedro II. Gobineau via o Brasil como um país "sem futuro" devido à grande quantidade de pretos e miscigenados, defendia que o país precisava "branquear" (se livrar dos negros), as idéias racistas de Gobineau fizeram escola mundo afora e aqui influenciaram a vários autores e a intelectualidade de fins do séc. XIX início do XX, o processo de branqueamento começou quando já se pressentia e aproximava o final da escravidão, o Brasil que até antes de 1870 estima-se tinha coisa de 3 milhões de pretos escravos (fora os "pardos" (pretos e "mulatos" livres e libertos)) teve reduzido tal número em um milhão (escravos e ex-escravos enviados em massa para morrer na guerra do Paraguai), o que causou conhecida declaração de preocupação do Duque de Caxias com a questão dos sobreviventes (que então já sabiam manejar as armas do exército e estavam experientes em conflitos armados), temendo no Brasil uma "repetição do Haiti" onde os negros revoltados massacraram os brancos em minoria.

No Brasil o racismo científico teve como expoentes Nina-Rodrigues e Sílvia Romero, influenciando inclusive escritores e cientistas renomados como Euclides da Cunha e avançando até meados do sec. XX com outros como Monteiro Lobato, Artur Ramos e Edison Carneiro; os expoentes do racismo científico brasileiro, porém, tinham lá suas contradições: ao mesmo tempo em que expunham claramente a sua convicção na "inferioridade científica" dos negros, por vezes se debruçavam em atitudes e trabalhos "positivistas", inaugurando a sistematização dos estudos sobre cultura negra no Brasil com o livro Os Africanos no Brasil (uma coletânea de textos escritos entre 1890 e 1905 por Nina Rodrigues e republicada várias vezes até meados do século XX), onde Nina Rodrigues escreve com relação à importância da participação do elemento negro na cultura nacional inclusive reconhecendo seu valor na construção da nação e repudiando os abusos da escravidão, não antes de fazer clara declaração racista, como expresso no texto abaixo:

O critério científico da inferioridade da Raça Negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravistas dos norte-americanos. Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou secções [...] A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo [...]. (RODRIGUES, 1976)

Todo este movimento de intelectuais racistas aliados a políticos idem em fins do séc. XIX e avançando séc. XX adentro, conduziram à política nacional de branqueamento que entre suas ferramentas contava com a imigração européia massiva e uma abolição da escravidão feita de forma a empurrar os negros para as margens da sociedade, mantendo-os em condições de extrema pobreza até que se extinguissem devido à mortalidade infantil, desnutrição, doenças, mazelas sociais e também através das sucessivas miscigenações, ou seja, até que os negros desaparecessem por completo do cenário nacional, acrescida de leis que não permitiam a imigração de africanos nem de afro-americanos, projetos de leis como os apresentados em 28 de julho de 1921 onde Andrade Bezerra e Cincinato Braga, propuseram ao Congresso um projeto cujo artigo 1º dispunha: “Fica proibida no Brasil a imigração de indivíduos humanos das raças de cor preta.”, ou ainda o apresentado a 22 de outubro de 1923, no qual o deputado mineiro Fidélis Reis apresentava outro projeto relativo à entrada de imigrantes, cujo artigo quinto estava assim redigido: “É proibida a entrada de colonos da raça preta no Brasil e, quanto ao amarelo, será ela permitida, anualmente, em número correspondente a 5% dos indivíduos existentes no país. (...)” Alguns na mesma época chegaram a prever que em 70 anos não haveria mais negros no Brasil, como Carvalho Neto ao declarar: “Na fusão das duas raças vence a superior: o negro, no Brasil, desaparecerá dentro de setenta anos.”, porém como podemos observar a idéia não deu certo completamente...

O "branqueamento" do país pode ser observado através da evolução histórica do censo brasileiro; em 1872, os afro-descendentes (pretos e pardos) eram 6 milhões (cerca de 60% da população e os brancos 37%), em 1890 passaram para 8 milhões (57% da população) e os brancos, 43%, já no início século 20, os afro-brasileiros deixaram de representar a maioria da população. Em 1950 os afros eram 19 milhões de pessoas (38% da população) e os brancos, 62%, no censo de 2000 se observa uma retomada do crescimento da população negra (ou

redução do ritmo de crescimento da branca) com a população negra em pouco mais de 46% e a branca em cerca de 53% .

O racismo científico manteve-se hegemônico até os anos 30, mas o reflexo e tais idéias racistas continuaram influenciando políticas oficiais discriminatórias por um bom tempo. Como no caso do Decreto-lei nº 7.967/1945. Cuidando da política imigratória, dispôs que o ingresso de imigrantes dar-se-ia tendo em vista "a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia." (artigo 2º), tal tipo de visão, oficializada em 1945, já fazia estragos de formas mais sutis há muito - sugiro a leitura do excelente artigo de Elio Gaspari "Professores negros sumiram da fotografia" sobre o branqueamento do magistério nos anos 20 (link se encontra na webgrafia ao final do texto).

Esta tradicional discriminação racista oficial feita pelo estado brasileiro (mesmo no pós-abolição) pode ser melhor conhecida no excelente texto do Frei Davi (da EDUCAFRO) "Sete atos oficiais que decretaram a marginalização do povo negro no Brasil", cujo link também se encontra na webgrafia ao final do texto.

III- O mito da democracia racial brasileira.

Nos anos 30 do século XX, o mundo começa a conhecer as ideologias do fascismo e do nacional-socialismo (nazismo), ideologias que incentivavam estados totalitários com culto personalista das lideranças, sentimentos de nacionalismo extremado, estabelecimento de "identidades" nacionais de cunho étnico, com base nas idéias eugênicas ditadas pelo racismo científico.

Nesta época é que surge um fato "novo" no cenário brasileiro, Gilberto Freyre, escritor e jornalista pernambucano de família tradicional com impressionante formação cultural, incluindo acadêmica norte-americana e convivência com vultos acadêmicos e culturais americanos e europeus dos anos 20, lança em 1933 o seu best-seller "Casa Grande e Senzala" e populariza uma corrente que "bate de frente" com o então dominante racismo científico brasileiro, a da Ideologia da democracia racial brasileira, na realidade não foi Freyre o "inventor" da ideologia democracia racial (nem o "cunhador" do termo), mas seu mais conhecido teórico e divulgador, conforme verificável no texto de (D'ADESKY, 2005) "Se a ideologia da democracia racial tem

raízes muito antes de 1930, a expressão, entretanto, aparece pela primeira vez, de acordo com Antônio Sérgio Guimarães, num artigo de Roger Bastide publicado no Diário de São Paulo precisamente no dia 31 de março de 1944, no qual eram usados os termos “democracia social e racial” para descrever a ausência de distinções rígidas entre brancos e negros.”.

Em sua obra, Freyre destaca de forma "quase romântica", as relações "humanizadas" do escravismo português, a miscigenação, a contribuição cultural dos povos africanos na formação do "povo brasileiro" e louva a "permeabilidade" das relações inter-raciais brasileiras, identificando como indivíduo representante da identidade nacional não o branco (como queriam os adeptos do racismo científico), mas o "mestiço", resultado do caldeamento dos 3 povos e culturas basilares da formação do "povo brasileiro", índios, brancos e negros; que simbolizaria um Brasil sem segregacionismo e sem racismo (se comparado ao que se via nos EUA e colônias e ex-colônias européias pelo mundo afora), amplificou as bases da ideologia da democracia racial, fazendo inúmeros discípulos, entre eles o destacado Darcy Ribeiro, sendo ambos até os dias de hoje muito lidos e referenciados na academia brasileira.

Anos mais tarde, Freyre, já muito conhecido e respeitado internacionalmente, viajaria pelas colônias portuguesas na África a convite do governo salazarista português, para que conhecesse e pudesse louvar igualmente o "modo português de colonizar" que seria muito "mais humanizado" que o dos outros europeus e justificaria a "benéfica" presença portuguesa e manutenção das então colônias.

Para os fascistas brasileiros dos anos 30 (integralistas) e outros simpatizantes das ideologias nacionalistas, era justamente o que faltava para poder eleger uma "identidade nacional" que pudesse ser utilizada para seus fins ideológicos, já que àquela altura, para o Brasil dado as características culturais e demográficas, seria impossível adotar uma "identidade ariana" como as européias ou abertamente racista e segregacionista como a norte-americana, o jeito seria ir na "contramão" das premissas básicas dos fascistas/nacional-socialistas com relação à questão racial; o Brasil seria então o país da "democracia racial" e o "mestiço" o brasileiro padrão, o mote de nacionalismo extremado viria das tradições nativistas e da alusão a "coisas nossas", como a língua Tupi-Guarani, que inclusive inspirou a saudação integralista : ANAUÊ!!! (você é meu irmão).

Só que na prática as coisas eram bem diferentes, no Brasil a elite sempre foi branca (ou virtualmente branca), a mobilidade social dos não-brancos em geral sempre foi limitada e a dos

descendentes de africanos (principalmente os mais evidentes) mais ainda. O racismo brasileiro assumia uma forma hipócrita e diferente da do resto do mundo, uma forma não ostensiva; afinal nas relações cotidianas do pós-abolição, comparado a outros países como EUA e as colônias européias, no Brasil havia uma certa "cordialidade" nas relações, além de uma aparente não-obstrução/segregação dos negros aliada a uma cultural negação generalizada e oficial do racismo em si, o que tornou o racismo brasileiro praticamente "invisível" aos olhos do mundo e até mesmo para grande parte dos brasileiros, que passaram a acreditar no mito da democracia racial brasileira, apesar de nas suas práticas pessoais e institucionais manterem os seus valores eurocêntricos, discriminações veladas e a manutenção da subordinação social e econômica dos não-brancos (leia-se negros=pretos+pardos).

Passados os anos 30 e com a II Guerra Mundial, ocorre a ojeriza generalizada em relação às idéias nazi-fascistas e o integralismo é banido, mas a ideologia da democracia racial permanece forte, e agora servindo às elites para mascarar o racismo sutil brasileiro; ao final da II grande guerra, em 1945, o mundo ainda horrorizado com o holocausto judeu e seqüelas deixadas pelo nazismo, começa a buscar formas de convivência pacífica e superação de diferenças étnico-raciais, é claro que os olhos do mundo se voltam para o Brasil, um país no qual aparentemente não existiam conflitos raciais; próximo ao início da década de 50, a UNESCO encomenda então uma pesquisa para saber o que faria o Brasil ser assim, vale ressaltar que o 1º Congresso dos Negros do Brasil, realizado pelo TEN (Teatro Experimental do Negro) liderado pelo renomado Abdias do Nascimento e outros intelectuais como Guerreiro Ramos, sociólogo e militante do TEN, teve papel crucial na escolha do Brasil para o "laboratório" e do formato da pesquisa, que originariamente incluiria apenas a Bahia, mas passou a incluir também São Paulo, Rio de Janeiro e Recife .

Vários renomados cientistas sociais estrangeiros entre eles: Alfred Métraux, Charles Wagley, Otto Klineberg, Donald Pierson e Roger Bastide, entre outros, se desdobraram em elaborar e iniciar o projeto que contou com outros cientistas brasileiros de peso como: Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, L. A. Costa Pinto, Thales de Azevedo e outros. A pesquisa se deu nos anos de 1951 e 1952, o resultado decepcionou a UNESCO que inicialmente esperava ter resultados que confirmassem a "democracia racial" brasileira e pudessem ser utilizados como base em políticas anti-racistas pelo mundo, porém a suposta democracia racial se mostrou INEXISTENTE, pondo em xeque a ideologia da democracia racial brasileira (e com ela grande

parte dos pressupostos da "visão romântica" das relações raciais brasileiras propostas nas obras de Gilberto Freyre e seguidores). Em dezembro de 1959, Florestan Fernandes concluía o prefácio do livro *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, de Fernando Henrique Cardoso (o mesmo que viria anos mais tarde a ser presidente do Brasil por dois mandatos) e Octavio Ianni, este livro concluía com estudos referentes à região sul do país, a pesquisa iniciada anos antes com o projeto UNESCO, nele o sociólogo Fernandes, lamenta que a sociedade em geral não esteja atenta para o significado das pesquisas em andamento. Esse fenômeno é atribuído segundo ele:

à crença de que o Brasil vive sob a égide de uma democracia racial. Envoltos por essa ideologia, os "leigos" dificultam o surgimento de uma mentalidade de novo tipo capaz de canalizar esforços na direção de uma sociedade industrial democrática tanto em termos políticos quanto sociais (Fernandes, 1960, p. xi; grifo nosso)

E conclui:

Não existe democracia racial efetiva [no Brasil], onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a "raças" distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências de "bom tom", de um discutível "espírito cristão" e da necessidade prática de "manter cada um em seu lugar". Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a acima dos princípios da ordem social democrática" (idem, p. xiv ; grifo nosso).

A democracia racial e a ideologia da mestiçagem.

O grande erro dos adeptos mais ferrenhos da ideologia da democracia racial e apologia à mestiçagem é que eles insistem que a "meta-caboclitude" (termo cunhado por Darcy Ribeiro) ou a "fusão-racial", que basicamente se apoia na idéia "acabar com o racismo, transformando todo o mundo em 'mestiço' (portanto teoricamente sem 'diferenças')", além da base teórica equivocada e utópica, a idéia é tão "nazista" quanto as idéias de Hitler; de um mundo com "raça única" (no caso a "ariana"), na prática só mudam os métodos; enquanto os últimos preferiam holocaustos e genocídios, os primeiros pretendem que o antigo "processo lusitano" de "contato reprodutivo hetero-racial para fins de povoamento colonial" seja o método utilizado (ver na referência: Heterossexuais, heteroraciais, heteroculturais: as colonizações das mulheres negras).

Tal situação já foi também percebida e comentada pelo conceituado Professor Kabengele

Munanga, Doutor em Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e autor de várias obras ligadas à temática étnico racial brasileira entre elas "Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra", onde nos apresenta o seguinte :

Algumas vozes nacionais estão tentando atualmente encaminhar a discussão em torno da identidade 'mestiça', capaz de reunir todos os brasileiros (brancos, negros e mestiços). Vejo nesta proposta uma nova sutileza ideológica para recuperar a idéia da unidade nacional não alcançada pelo fracassado branqueamento físico. Essa proposta de uma nova identidade mestiça, única, vai na contramão dos movimentos negros e outras chamadas minorias, que lutam para a construção de uma sociedade plural de identidades múltiplas .(MUNANGA, 1999, p.16)

Os "Mestiços ideológicos" não entendem que para acabar com o racismo não é necessário "exterminar" a aparência física "racial" diferenciada (assim como para acabar com a desigualdade de gênero não é necessário eliminar um dos sexos, ou transformar todos em hermafroditas...), mas simplesmente estimular o respeito à diversidade e o direito do ser humano de viver dignamente com a cor de pele tiver... Na realidade, sua ideologia parece construída cinicamente para dar continuidade ao destino pretendido pelos racistas científicos do início do sec. XX, o branqueamento sucessivo da nação até o negros "desaparecerem".

É preciso ficar claro que a miscigenação natural é uma consequência normal em uma sociedade "multi-racial" e ninguém em sã consciência é contra ela, mas, pelo já exposto, uma "mestiçagem ideológica" é um equívoco teórico/político a ser evitado, há ainda que se ater ao tradicional papel de "massa de isolamento" das minorias dominantes e "força de co-opressão" sobre os mais discriminados, que o reconhecimento oficial de "identidades raciais intermediárias" tiveram ao longo da história recente, em regimes de opressão racial como as antigas colônias portuguesas em África (os mistos) e na segregação e estratificação racial violenta, como no extinto apartheid sul-africano (os couloreds), lições claras do uso político de "pseudo identidades mestiças" para atender os interesses de manutenção do Status Quo pelas elites brancas dominantes.

IV - O racismo contemporâneo.

No Brasil quando se fala em racismo, muitas pessoas ainda entendem que racismo é aquilo praticado nos velhos moldes segregacionistas, de forma declarada ou com violência aberta, mas

para entender o que é realmente racismo o escopo deve ser ampliado e revisado (de preferência embasado nos teóricos versados na temática). Racismo gira em torno de 3 eixos: a Ignorância (histórica e conceitual), a Ganância (em manter os privilégios e reduzir a competitividade de outros grupos que não o tradicionalmente privilegiado) e no caso brasileiro, da Hipocrisia (em não enxergar ou negar cinicamente o óbvio).

O primeiro paradigma a ser quebrado é o de que no Brasil "não há racismo", nem racistas; mesmo o racismo "à brasileira" sendo predominantemente do tipo velado e sutil, em muitos casos ele aparece na sua forma mais conhecida, através de pronunciamentos claramente supremacistas, injúrias com agravante étnico-racial, violência moral e física, espaços sociais segregados (de forma oficiosa, mas que impedem ou tentam impedir o acesso de negros por meio de artifícios que escondam o viés racista), organizações clandestinas de cunho racista declarado que pregam o ódio racial aos negros, judeus, etc..., e principalmente aparece no cotidiano nas situações de conflito/competição quando a "supremacia" branca parece "ameaçada" ou no "calor" de uma discussão/situação em que os preconceitos normalmente contidos explodem em manifestações de arrogância supremacista.

É importante observar que pesquisa de opinião realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2003, mostrou que 87% dos brasileiros acreditam que há racismo no Brasil. Curiosamente, somente 4% dos entrevistados reconhecem que são racistas. (é importante conhecer o projeto Diálogos contra o Racismo, com link na webgrafia no final do texto), isto se deve a uma atitude culturalmente arraigada no brasileiro médio que "ser racista" (pelo menos abertamente) não é uma "boa característica" pessoal, e é motivo de "vergonha", embora no cotidiano a mentalidade racista prevaleça e o preconceito e a discriminação ocorram sempre "travestidos" de "outros motivos".

O segundo paradigma a ser quebrado, é o de que o racismo se dá exclusivamente pela via das relações de convivência, pois na realidade o racismo moderno se dá principalmente pela via da manutenção da subalternidade geral dos não-brancos, ou seja, através da sua invisibilização midiática, da dificuldade da mobilidade social, exercida através do alijamento velado, porém sistemático, do acesso às posições não-subalternas no campo educacional e no mercado de trabalho, criando assim um círculo vicioso que impede a participação igualitária e proporcional dos não-brancos ao longo de toda a pirâmide social, o racismo brasileiro pode ser visivelmente detectado a partir de todos os indicadores sociais e pesquisas que demonstram a inequívoca

desigualdade social quando é aplicado o recorte racial.

Não é intenção nesse artigo apresentar estatísticas e mais estatísticas que comprovem a desigualdade; quando a cor entra em questão, elas existem em quantidade e podem ser encontradas facilmente em uma simples busca pela web, nem exibir os poucos de muitos casos de escandalosa discriminação racial e mesmo violência que conseguem "driblar" os bloqueios e aparecer na mídia, mas sim desmascarar e contestar com os simples fatos já apresentados e outros a apresentar, aqueles que hipocritamente insistem em negar o óbvio e tentam desesperadamente justificar a manutenção do "Status Quo", através de táticas de desqualificação, minimização e ocultação de causas relativas à questão.

É, portanto, verificável que a maioria dos brasileiros não compreende o que é racismo em sua acepção plena, muitos acham que por dar "tapinhas nas costas" e demonstrar cordialidade na relação cotidiana com negros, não são racistas, ou que o racismo se resumiria à hostilização aberta.

A mentalidade racista.

Na verdade o racismo é muito mais amplo e, como já dito, se dá no campo da naturalização da subalternidade negra na sociedade, da desvalorização da estética e cultura, da invisibilização e principalmente do embaçamento sócio-econômico; já a mentalidade racista (mesmo que inconsciente) tem toda pessoa que acha que:

- Existe "cabelo bom" e "cabelo ruim";
- Serviço bem feito é "serviço de branco";
- Uma "saída" desinteressante ou "popular ao extremo" é "programa de índio";
- "Fulan@ é pret@, mas é legal..." (ou que é um "preto de alma branca");
- Um negro dirigindo um carro bacana é "Chofer" (ou altamente suspeito);
- Contar "sem maldade" piada de preto ou achar graça nelas, não faz mal;
- Não é negro, mas a/o avó/avô era;
- É melhor se referir a alguém como moren@ ao invés de negr@, pois considerar alguém "negro" é "ofensivo";
- É "natural" a baixíssima presença de negros nas melhores posições da sociedade;

- “Todo japonês é inteligente”, "Todo negro é bom de samba e de bola", "Todo índio 'mora no mato'";

- Se "ofende" ao ser referido em contexto válido, por índio ou negro, "preferindo" ser "caboclo" ou "moreno"

- O garçom que não atendeu com presteza ou alguém que comete um erro o faz porque "só podia ser preto";

- "Transar" com negras é legal, mas "para casar" melhor se for branca;

- Os imigrantes chegaram "sem nada" e "venceram" por esforço e capacidade, já os negros uma vez livres "nunca se esforçaram o bastante"...

- É "perfeitamente normal" entrar em uma agência bancária e ter a impressão que os funcionários são todos suíços;

- A Giselle Bündchen é a mais legítima representante da beleza brasileira e que o padrão é por aí mesmo;

- Candomblé e Umbanda são "coisas do diabo", afinal tem origem na África e é "coisa de preto";

- Apenas para a salvaguardar a "boa imagem" da empresa, é melhor contratar ou promover uma pessoa branca do que uma negra com o mesmo nível de competência;

- É melhor agarrar a bolsa com mais força ao cruzar com um negro na rua;

- Pode ser informal com qualquer pessoa negra desconhecida, e ao 1º contato ir logo tratando por "negrão";

- É melhor não fazer nada específico que altere o "Status Quo" principalmente se for levado em consideração o recorte racial.

Outro ponto crucial do racismo "à brasileira" é a questão da identidade. O brasileiro que não pertence ao grupo branco (ou que pode passar socialmente por "branco"), e que não é de forma óbvia visualizado como preto ou indígena tende, em geral, a fugir da condição estigmatizada de "ser índio" ou "ser negro", daí a tendência de muitos não-brancos em tentar se alocar em "identidades" vagas e "intermediárias" como "caboclo", "moreno", "pardo", "mestiço" (e centenas de outros eufemismos) em que assumem a condição de não-brancos (já que fenotipicamente a possibilidade de se auto-identificar como "branco" é inviável), mas tentam se distanciar das denominações estigmatizadas.

Existem "negros racistas" ou "racismo às avessas"?

Racismo é uma ideologia supremacista, ou seja, parte sempre de um grupo étnico-racial que se vê como "superior" e com condições sócio-econômico-culturais capazes de impor seus valores de forma majoritária e oprimir outros grupos de forma culturalmente sistemática, sendo assim, no Brasil, não há nem nunca houve condições histórico-sociais de "supremacismo negro", ou "racismo negro", o racismo é e sempre foi uma prerrogativa "branca", portanto é um erro teórico falar em "negros racistas" ou "racismo às avessas"; infelizmente existem pessoas "negras" e inconscientes que pensam e agem inspirados pela mentalidade racista (que como visto é dirigida sempre contra os não-brancos, que fique bem claro), ou ainda que radicalmente assumem postura equivocada de auto-defesa extremada do tipo "olho por olho"; porém não é possível acusar a estas de "racistas", pois além de não ser uma atitude culturalmente sistemática e disseminada, os mesmos fazem parte do grupo tradicionalmente discriminado, ou seja, tecnicamente não podem ser "racistas reais" os beneficiários do sistema discriminatório, elas são na realidade as mais patéticas vítimas ou reflexo de um sistema eurocêntrico que durante séculos, só fez tentar destruir e desvalorizar a consciência de negritude dos afro-descendentes e valorizar ao extremo os seus próprios valores "europeus".

Então, o que é racismo?

Segundo definições de alguns estudiosos renomados (brasileiros e estrangeiros):

São quatro os sentimentos que estarão sempre presentes no preconceito racial do grupo dominante: (a) de superioridade; (b) de que a raça subordinada é intrinsecamente diferente e alienígena; (c) de monopólio sobre certas vantagens e privilégios; e (d) de medo ou suspeita de que a raça subordinada deseje partilhar as prerrogativas da raça dominante. (BLUMER, 1939)

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é de origem. (NOGUEIRA, 1985, p. 78-9)

Surgiu, então, a noção de "preconceito de cor" como uma categoria inclusiva de pensamento. Ela foi construída para designar, estrutural, emocional e cognitivamente, todos os aspectos envolvidos pelo padrão assimétrico e tradicionalista de relação racial. Por isso, quando o negro e mulato falam de "preconceito de cor", eles não distinguem o "preconceito" propriamente dito da "discriminação". Ambos estão fundidos numa mesma representação conceitual. Esse procedimento induziu alguns especialistas, tanto brasileiros, quanto estrangeiros, a lamentáveis confusões interpretativas. (FERNANDES, 1965, p. 27)

O racismo, como construção ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação racial, é o determinante primário da posição dos não-brancos nas relações de produção e distribuição (HASENBALG, 1979, p. 114).

[..](a) discriminação e preconceito raciais não são mantidos intactos após a abolição mas, pelo contrário, adquirem novos significados e funções dentro das novas estruturas e (b) as práticas racistas do grupo dominante branco que perpetuam a subordinação dos negros não são meros arcaísmos do passado, mas estão funcionalmente relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que o grupo branco obtém da desqualificação competitiva dos não brancos. (HASENBALG, 1979, p. 85)

[..](1) práticas simbólicas que essencializam ou naturalizam identidades humanas baseadas em categorias ou conceitos raciais; (2) ação social que produz uma alocação injusta de recursos sociais valiosos, baseada em tais significações; (3) estrutura social que reproduz tais alocações. (WINANT, 2001, p. 317)

Fica claro, portanto, que o entendimento moderno de racismo é mais do que uma questão de relações de convívio social, mas principalmente de subordinação sócio-econômica dos não-brancos, e mais claro ainda, de onde parte e em relação a quem é que se manifesta o racismo.

O racismo à brasileira e suas novas formas de atuação.

Vimos no Brasil a partir do final dos anos 90 em função do crescente reconhecimento do racismo e das desigualdades raciais com a conseqüente discussão e implantação de Ações Afirmativas (AA), o surgimento de uma atitude contestadora reacionária por parte das elites que não desejam mudança do "Status Quo", intelectuais, acadêmicos e seguidores aos quais denomino de neo-democratas-raciais (aqueles que insistem em dizer "Não somos racistas" e se posicionam contra a utilização da identificação racial com finalidades estatísticas, contra as ações afirmativas com recorte racial e contra os movimentos anti-racistas).

Os neo-democratas-raciais se valem dos velhos argumentos que deram origem ao mito da democracia racial brasileira, tentando impedir a todo custo o reconhecimento do racismo culturalmente arraigado na sociedade brasileira, e as soluções diretas que reduzam as

desigualdades advindas dele, por meio de mal-intencionada manipulação de conceitos e falaciosa interpretação de dados, desqualificação dos trabalhos acadêmicos de centenas de pesquisadores e das estatísticas de prestigiosos institutos de pesquisa como o IBGE, DIEESE, IPEA e outros, além de cínica argumentação de "defesa da igualdade constitucional", "evitamento de acirramento do racismo", "evitamento da racialização oficial", bem como "evitamento do racismo a avessas".

Entre seus "métodos" contumazes está o de tentar "minimizar" a presença negra no Brasil, primeiro insistindo no equívoco de usar o termo negro como sinônimo de preto, depois insistindo em "dissociar" pardos de pretos e por fim ignorando todo o referencial teórico e histórico sobre a presença negra inicialmente majoritária e hoje "equilibrada" (graças a todos os esforços da política de branqueamento), a citação a seguir (retirada de texto de Muniz Sodré, Presidente da Biblioteca Nacional), dá dramática dimensão histórica da presença negra na vida brasileira :

Em meados do século 19, o viajante Avé Lallemand observava que:
poucas cidades pode haver tão originalmente povoadas como a Bahia. Se não se soubesse que ela fica no Brasil, poder-se-ia sem muita imaginação tomá-la por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros nas praias, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo o que corre, grita, trabalha, tudo o que transporta e carrega é negro. (SODRÉ, M. presidente da Biblioteca Nacional)

Citar a cidade de Salvador do século XIX pode parecer "uso de exceção", mas assim foi também durante muito tempo no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Vale do Paraíba em São Paulo e em praticamente todo o nordeste (os grandes núcleos de povoação na época), se nos outros locais citados já não é assim graças aos esforços da política nacional de branqueamento, Salvador permanece uma capital 80% negra (e nem por isso com menor discriminação e desigualdade) .

Os neo-democratas-raciais ainda se utilizam bastante de um recurso ao qual me refiro como "INVERSIONISMO", que é a tática de tentar "reverter o jogo" acusando os reais anti-racistas e as políticas de AA, de "racistas", "segregadores", "incitadores da desunião", "revanchistas" ou "racistas ao avesso" (isso quando não tentam convencer os negros que eles mesmos é que são os culpados por sua situação geral atual), Insistem em dizer que os movimentos anti-racistas e o governo federal (pela primeira vez na mãos de um não-representante das elites quatrocentenárias) pretendem "transformar o Brasil em uma nação bicolor", o fato é que o Brasil não "SERÁ" dividido entre brancos e não-brancos, isso JÁ É (e

sempre foi) uma realidade, reconhecida inclusive pela ONU em seu relatório de IDH de 2005, está lá com todas as letras e números, o "Brasil branco" fica 61 posições à frente do "Brasil negro" (não-branco se preferirem), já há portanto uma real dicotomia, mas cinicamente insistem em dizer que ela não existe .

Entre seus argumentos batidos e falaciosos costumam também utilizar (sempre cinicamente) que:

- "O problema é social, não racial";
- "No Brasil, todos são iguais perante a lei, criar leis com base em recorte racial (mesmo que afirmativas), fere a Constituição";
- "Não é possível dizer quem é negro no Brasil" (apesar de qualquer porteiro, segurança, policial, recrutador de RH, etc., nunca ter dúvidas na hora da discriminação negativa...);
- "Já que raças não existem criar mecanismos de compensação racial é insistir no racismo";
- "Pardos não são negros, somá-los é 'truque estatístico'";
- "Querem importar o modelo americano que não se encaixa no caso brasileiro";
- "Nos EUA muitos negros já são contra a manutenção das ações afirmativas" (obs. fato obvio depois de 40 anos ininterruptos de AA..., pois o conceito de AA prevê duração limitada);

Além dos exemplos citados, utilizam alguns poucos outros (poucos mesmo, já que não é possível "inventar" tantos argumentos capazes de gerar dúvidas nos incautos e também dada a "enxurrada" de contra-argumentações embasadas e verificáveis oferecidas pelos anti-racistas), um dos "pontos de honra" dos neo-democratas-raciais é ser contra AA com recorte racial e principalmente contra "cotas" (alegam inconstitucionalidade, prevêm acirramento do racismo e discriminação profissional dos cotistas e negros não cotistas "por tabela", sugerem que a solução é "melhorar a base" e invariavelmente acusam o governo de populista), repito, além de insistir na utilização do termo negro como sinônimo de preto, de forma a confundir o entendimento das estatísticas pelos menos avisados e principalmente reforçar o entendimento de que os negros são uma minoria também numérica e que o "racismo (quando há) atinge fortemente a poucos", minimizando as dimensões da desigualdade; não raro, costumam "emocionalmente" apelar para o senso de "altruísmo", para a defesa de medidas universais em detrimento das específicas ou para um "senso de democracia" que na prática quer dizer : "não façam nada, deixem tudo como

está, suportem a desigualdade em solidariedade aos 'irmãos' não-negros e também desprivilegiados, aceitem soluções inócuas e continuar a competir em condições desfavoráveis, permitam que os não tão necessitados democraticamente" consumam também da sua parte dos recursos específicos necessários, esperem passivamente tudo se "resolver naturalmente" em mais algumas décadas."

Abaixo fica a identificação sistematizada do que realmente são, fazem e pretendem fazer, tais "neo-democratas-raciais", em bom português brasileiro coloquial, o que chamamos de "carapuça" (que a vista quem se identificar).

O META-RACISMO: Segundo (KOVEL , 1970-1984) em seu livro *White Racism: A Psychohistory* (*Racismo Branco: Uma Psicohistoria*, e é interessante observar que "escaldado" Kovel foi bem enfático no título, explicitando ao que ele se refere, para que não fosse cinicamente "distorcido" pelos meta-racistas para uso "inversionista", prática comum a eles) publicado em 1970 e republicado em 1984 descreve "meta-racismo" como:

[..]... o racismo de tecnocracia; isto é, sem mediação psicológica como tal, no qual a opressão racista é executada diretamente POR MEIOS ECONÔMICOS E TECNOCRÁTICOS [...] Como ele incorpora as formas mais avançadas de dominação, transforma-se em múltiplas configurações como um camaleão (independentemente das formas necessárias para executar a sua missão racista), e é mais eficiente que as formas mais antigas, cheias de ódio, odiosas formas do racismo que levavam a discriminação e violência pública e aberta - META-RACISMO é o modo dominante do racismo no capitalista pós-moderno.

Fenômeno também destacado também por ZIZEK:

[..] vivemos um novo tipo de racismo, um racismo pós-moderno, um "meta-racismo", que pode perfeitamente assumir a forma de um combate contra o racismo. Essa resistência cínica pode ser encarada como uma das vicissitudes da atual abertura proposta pelo liberalismo e seu projeto de reinvenção da democracia e do discurso dos direitos humanos. (ZIZEK, 1995).

Através de leituras diversas constatamos que a diferença entre o meta-racismo e o racismo direto, tradicionalmente de forma aberta e declarada, é nula (já que a metalinguagem é apenas uma abstração conceitual ...), o que faz com que o cinismo com o qual se apresenta o meta-racismo o torne muito mais perigoso.

Como vimos, portanto, o META-RACISMO é o "racismo cínico travestido de bonzinho", que nega ou minimiza a existência do racismo e que em nome da "igualdade constitucional" e

para evitar "racismo às avessas", "embarreira" toda e qualquer ação afirmativa efetiva com recorte racial que realmente altere o "Status Quo" e favoreça os tradicionalmente discriminados...

Esta "nova", perigosa e eficiente forma de racismo, agora utilizada entre os norte-americanos e em vários outros países do mundo e identificada por eles a partir dos anos 70, é nada mais, nada menos que o nosso velho conhecido e eficiente "racismo à brasileira exportado", já identificado pelos autores brasileiros desde os anos 50 com o desmascaramento da falsa democracia racial brasileira.

O Anti-racismo.

É uma questão de interesse nacional, que tradicionalmente tem se dado através de diversos movimentos sociais solidários (e não apenas do movimento negro) e de individuais (de todas as "cores"), agora também com a adesão do governo e de todos aqueles que, tendo obtido consciência e conhecimento da temática, se engajam no processo educativo e de conscientização, bem como na arena política em prol das AA, o combate ao racismo também foi incorporado à agenda dos DIREITOS HUMANOS, portanto há muitas pessoas e entidades integradas na luta pela igualdade de fato e não apenas formal expressa na lei.

O Movimento Negro (MN) - na realidade melhor seria utilizar Movimentos Negros, assim no plural - é o mais antigo movimento social em atuação no país, é interessante lembrar que o movimento é negro (não preto), quer dizer, defende os interesses dos negros como um todo (todos descendentes de africanos, sejam pretos ou "pardos"), o MN tem sua base na época dos Quilombos, desde o séc. XVII (vide Palmares / Zumbi) com a resistência à escravidão, teve participação no Movimento Abolicionista, e outras fases no pós-abolição, teve nos anos 30 do séc. passado a FNL (Frente Negra de Libertação) e nos anos 50 o TEN (Teatro Experimental do Negro), assumiu "postura cultural" nos anos da ditadura militar e ressurgiu com vigor político reivindicatório no final dos anos 70, tem como base programática a defesa e valorização da cultura afro-brasileira, o combate à discriminação e intolerância (de todos os tipos) e pretende integração justa dos afro-descendentes em todos os níveis da sociedade; ao contrário do que tentam fazer parecer os neo-democratas-raciais meta-racistas com seu característico "inversionismo".

O MN nunca pregou em linhas gerais qualquer "supremacia negra", segregação,

antagonismo ou posição contrária à miscigenação natural (mas repudia o plano ideológico de "branqueamento incentivado" da nação, iniciado pelos racistas científicos, louvado pelos democratas-racias Freyreanos e hoje defendido cinicamente pelos meta-racistas/neo-democratas-raciais como "fator de união da nação", quando na realidade o plano geral continua o mesmo, eliminar o negro do cenário brasileiro), no MN há pessoas de todas as origens, unidas para combater o mal que é o racismo e a desigualdade gerada.

Uma conquista do MN e passo decisivo para o início da mudança geral da "mentalidade racista" da população brasileira está na lei 10.639/2003 que obriga no ensino básico (fundamental e médio) o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana, o próximo é a aprovação e entrada em vigor de instrumentos de AA como os previstos no Estatuto da Igualdade Racial, após longos 11 anos de discussão e tramitação no Congresso Nacional.

Diante de todo o exposto, fica patente que o brasileiro em geral é racista e "não sabe", o é por pura ignorância e meta-racismo induzido (sem convicção ideológica consciente), existe também uma minoria que é racista e que sabe bem que o é, mas não declara abertamente, por puro meta-racismo meticuloso ou constrangidos pela lei e pelo "politicamente correto", e há ainda um número mais reduzido de brasileiros que é racista sem qualquer sutileza (caso dos "neo-nazis", "white-powers" e congêneres) ou por exemplo de determinados policiais em determinadas situações, somente a seguir tal lógica é que se poderia dizer "Não somos racistas"..., de fato... à maioria desses caberia melhor dizer : "Não somos racistas, somos meta-racistas", ou diante de todo o exposto, ao falar do Brasil o correto seria dizer : **NÃO QUERÍAMOS SER RACISTAS, MAS...**



(Fig. 1)

REFERÊNCIAS

- Eletrônicas:

ABREU, Sérgio. **O Direito À Cultura Como Política De Ação Afirmativa – Parte I**. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/vinteeito/sergio_abreu_28.htm>. Acesso em: 13 Mar 2007.

AFROAMAZONAS. Desenvolvida pelo Movimento Afro-descendente do Amazonas, 2006, **Informações gerais sobre a Instituição e referencial teórico sobre negritude** . disponível em: <<http://www.movimentoafro.amazonida.com/artigos.htm> >. Acesso em: 16 Mar 2007.

BENSUSAN, Hilan. **Heterossexuais, heteroraciais, heteroculturais: as colonizações das mulheres negras** . <<http://www.unb.br/ih/fil/hilanb/papers/heteroraciais.doc> >. Acesso em: 16 Mar 2007.

BOAVENTURA, Ilka L.. **O mito das três raças repaginado**. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~nuer/artigos/mito%20das%20racas.htm> >. Acesso em: 16 Mar 2007.

BRASIL . **Evolução da população brasileira segundo a cor - 1872/1991**, IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/povoamento/tabelas/populacao_cor.htm> Acesso em: 16 Mar 2007.

D'ADESKY, Jacques. **A Ideologia da Democracia Racial no Limiar do Anti-Racismo Universalista**. Disponível em: <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/conteudo_nt_06Dadesky.htm>. Acesso em: 30 Mar 2007.

DAVI, Frei. **Sete atos oficiais que decretaram a marginalização do povo negro no Brasil**. Disponível em: <http://www.politicasdacor.net/boletim_ppcor/boletim_anteriores/boletim3/documentos/marginalizacao_povo_no_brasil.doc >. Acesso em: 16 Mar 2007.

DIÁLOGOSCONTRA O RACISMO. **Desenvolvida por Diálogos Contra o Racismo, 2006, uma iniciativa que reúne mais de 40 instituições da sociedade civil na luta pela igualdade racial no Brasil**. Disponível em: <<http://www.dialogoscontraoracismo.org.br>>. Acesso em: 16 Mar 2007.

GASPARI, Elio. **Professores negros sumiram da fotografia**. Folha de S. Paulo, 06/09/2006. Disponível em: <<http://www.irohin.org.br/onl/clip.php?sec=clip&id=54>>. Acesso em: 26 Mar 2007.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario De La Lengua Española**, Vigésima segunda edición, Disponível em: <<http://buscon.rae.es/draeI/>>. Acesso em: 16 Mar 2007.

DRUMMOND, Augusto. **Na Casa de Meu Pai: a África na filosofia da cultura**, Kwame Anthony Appiah. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. (RESENHA). Disponível em <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/anteriores/semiosfera07/conteudo_res_kaappiah.htm> Acesso em: 13 Mar 2007

FURTADO, Bianca. **Racismo, diversidade e inclusão**. Disponível em: <<http://www.portaldovoluntariosbc.com.br/site/pagina.php?idconteudo=824>>. Acesso em: 16 Mar 2007.

MAIO, Marcos Chor. **O Projeto UNESCO e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50**. v. 14, n. 41. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000300009&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 Mar 2007.

PETRUCCELLI, J.L.; IBGE. **Classificação Étnico-Racial brasileira: onde estamos e para onde vamos**. n. 1, Rio de Janeiro: reaa/AASN, 2006. Disponível em: <<http://aasn.iuperj.br/txt-discussao/1-2006-petrucelli.pdf>>. Acesso em: 13 Mar 2007.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **MNEME - REVISTA DE HUMANIDADES - ISSN 1518-3394, UFRN – CERES, NAS TEIAS DA FORTUNA, acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX**. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme/ed6/029-p.htm>>. Acesso em: 13 Mar 2006.

SILVA JUNIOR, J. C. **Raça e Etnia**, 2005. Disponível em: <http://www.movimentoafro.amazonida.com/raca_e_etnia.htm>. Acesso em: 13 Mar 2007.

SILVA JUNIOR, J. C. **Pardo (verbetes para Wikipédia)**, 2007. Disponível em: <[http://www.movimentoafro.amazonida.com/pardo_\(cor\).htm](http://www.movimentoafro.amazonida.com/pardo_(cor).htm)>. Acesso em: 16 Mar 2007.

VOGT, Carlos. **Ações afirmativas e políticas de afirmação do negro no Brasil**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/negros/01.shtml>>. Acesso em: 16 Mar 2007.

- Bibliográficas:

BASTIDE, R. & FERNANDES, F. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

BLUMER, H. "The nature of racial prejudice", **Social Process in Hawaii**, v. 11-20. 1965.

HUNTER, G. "Industrialization and race relations", in _____, **Industrialization and**

Race Relations. Westport: Greenwood, 1939.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1992 [1933].

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

KOVELI, J. **White Racism: a psychohistory.** New York: Columbia University, 1984.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

NOGUEIRA, O. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem — sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil,** in _____, **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1985 [1954].

RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil.** 4 ed.. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976

TELLES, E. **Racismo à brasileira.** Rio de Janeiro: Lumará, 2003

WINANT, H. **The World is a Ghetto. Race and democracy since World War II.** New York: Basic Books, 2001

ZIZEK, S. **The metastases of enjoyment. Six essays on woman and causality.** New York: Verso, 1995.